

# AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial  
95143 7 2007 DP SC  
Al FGC  
CORREIOS

Distribuição gratuita

## Sul cobra investimentos federais em infra-estrutura

Comissões de Turismo e Meio Ambiente e de Transportes e Desenvolvimento Urbano ouvem população em Laguna para eleger prioridades da região e também do Planalto Serrano



Senadora Ideli Salvatti, deputados e outras lideranças reivindicam recursos para alavancar o turismo em Santa Catarina

Miriam Zomer

Páginas 4 e 5



Eduardo Guedes de Oliveira

### Parlamento tem telefone para surdos

Dentro do Plano de Acessibilidade da Assembléia Legislativa, os portadores de necessidades especiais ganharam um telefone público para surdos, localizado no hall, e também uma máquina que transporta cadeirantes e servirá, principalmente, para ajudar as pessoas com deficiência física a subir e descer escadas.

Página 3

### Iprev será debatido em nove audiências públicas



Solon Soares

Nove audiências vão debater o projeto de lei complementar que cria o Iprev (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina). Adotando o modelo do Orçamento Regiona-

lizado, elas serão realizadas em Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Joinville, Lages, São Miguel do Oeste, Joaçaba, Criciúma e Rio do Sul.

Página 8

### Assembléia destaca Dia Internacional da Mulher



Carlos Kilian

Comemorado no dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher é destaque na agenda de eventos do Parlamento. A Comissão de Direitos e Garantias Individuais retoma no

dia a I Jornada Maria da Penha, em Tubarão. No dia 10, a Escola do Legislativo promove a Conferência do Dia Internacional da Mulher.

Páginas 6 e 7

### Conferência do Meio Ambiente faz alerta para mudanças climáticas

Página 3

## OPINIÃO

## Mulher informada e politizada é mulher respeitada

Ter consciência do espaço que podemos ocupar, conhecer os direitos que conquistamos, participar dos debates sociais e políticos, são atitudes essenciais para que a mulher seja forte como profissional, como líder comunitária, dona-de-casa, liderança política, mãe e parte ativa da sociedade. Este é o sentido que proponho para este dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher.

A Jornada Catarinense Maria da Penha iniciou no final do ano passado, com um evento emocionante e inédito, com mais de mil mulheres e a presença da própria Maria da Penha pela primeira vez ao nosso Estado. Foi o começo de uma corrente de encorajamento às mulheres, que irá percorrer Santa Catarina, a começar por Tubarão, neste sábado, às 14h, no Salão Nobre da Unisul.

O objetivo é trocar experiências com as comunidades de

cada região. Ao mesmo tempo em que divulgaremos os princípios básicos a respeito da Lei 11.340, a Lei Maria da Penha; buscaremos subsídios que fundamentem os pedidos de recursos específicos para políticas públicas para mulheres.

Neste sentido ouviremos sugestões e reivindicações para conhecermos a realidade local e termos um raio-x regional da situação da mulher. Com os diagnósticos levantados, estaremos preparados para partir em busca de parcerias e dos recursos necessários a fim de colocarmos em prática projetos em defesa da mulher.

As mulheres representam hoje 50,77% da população brasileira, segundo o IBGE, o equivalente a mais de setenta milhões de pessoas. Dessas mulheres, 58 milhões estão em idade reprodutiva. As estatísticas apontam como principais causas de morte entre as mulheres a incidência

de doenças como câncer de colo de útero, AIDS, câncer de mama, hipertensão, osteoporose e diabetes. Em muitos casos o diagnóstico precoce e o tratamento adequado podem salvar vidas.

Com o mesmo objetivo de contribuir com mais informação para as catarinenses apresentei, no ano passado, uma proposição que foi transformada em lei e que resultou na criação da Semana de Saúde da Mulher. A Lei 14.082 prevê a realização anual de uma semana dedicada à saúde da mulher, quando campanhas deverão ser desenvolvidas em órgãos públicos, visando orientar sobre as doenças que atingem a população feminina e as ações preventivas na área da saúde. A semana deve acontecer no final do mês de maio e, aqui nesta Casa, seremos exemplo em informação e prevenção.

Deputada Ada De Luca  
(PMDB)

## Às mulheres catarinenses

As mulheres catarinenses são incansáveis nas suas reivindicações por políticas públicas, e não é de hoje. A cada 8 de março, Dia Internacional da Mulher, “quando sempre somos lembradas”, tem-se a impressão que é a primeira vez que as mulheres lutam pela concretização de seus direitos. Não é verdade!

As mulheres estão atentas e atuantes e vão estar mobilizadas para a implantação de políticas, que são os mecanismos que transformam os direitos em realidade.

Desde a aprovação da Lei Maria da Penha pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, em setembro de 2006, as mulheres catarinenses vêm centrando esforços para a implantação e implementação desta lei que previne e inibe a violência con-

tra elas em suas múltiplas dimensões, para além da violência física...

Porém nossos problemas não se reduzem só às questões que envolvem a violência contra a mulher. Para que, nós mulheres, alcancemos uma certa autonomia, é necessária urgência na implantação das políticas mencionadas.

Em 2007 propusemos emendas ao orçamento do Estado que garantissem a construção de centros de referência da mulher, casas abrigos, cursos de formação profissional para as trabalhadoras urbanas e rurais, programas de saúde da mulher e curso de formação para os trabalhadores envolvidos diretamente em ações de atendimento às mulheres em situação de violência.

Desta feita, através do Legislativo catarinense conseguimos emplacar no PPA 2007/2010 e no orçamento de 2008 quatro emendas das cinco apresentadas, relativas as políticas públicas voltadas para as mulheres. É pouco. Mas é o início de um processo que tende a crescer com a participação de mulheres e homens que acreditam e querem uma sociedade diferente: com igualdade, mas sem sexismo, com equidade, sem racismo, mais tolerante, menos homofóbica, para que todas possamos usufruir da plena cidadania que temos direito. “... a gente não quer só comer, a gente quer beber e quer fazer amor, a gente não quer só sofrer, a gente quer prazer pra aliviar a dor! Você tem fome de quê?”

Deputada Ana Paula Lima (PT)

## Igualdade: uma questão de justiça

Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil no último quarto de século, há dois fatores que me chamam a atenção. O primeiro trata do vigor e persistência do seu crescimento. O segundo trata da forma discriminatória como a mulher continua sendo tratada pelo mercado de trabalho.

Mesmo com o aumento da participação feminina no mercado, segundo o censo de 2000 do IBGE, apenas 35,5% da população economicamente ativa no país é composta por mulheres, enquanto que a participação masculina é composta por 64,5%. É crescente também a participação de mulheres em cargos de liderança em vários setores alguns deles, até então a cargo somente de homens.

Para buscar espaço, a mulher tem se dedicado, arduamente, porque da mulher mais se exige do que do homem.

Por isso a mulher somou, as suas tarefas de cuidar da casa, dos filhos, trabalhar fora, administrar a empresa, também a volta aos bancos das salas de aulas, onde busca, com afincos conquistar seu primeiro diploma universitário ou sua pós graduação.

De posse de seus canudos, as mulheres conquistam, ainda que vagarosamente, cargos de comando. Em média as mulheres chegam

a esses cargos com 33,7 anos de idade enquanto os homens conquistam esse espaço, um pouco mais tarde, aos 38 anos. Mas, quando a mulher chega à chefia, chega ganhando menos.

Nesse quadro, é na Região Sul, que a mulher encontra melhor e maior empregabilidade, mas também aqui não foge da situação de ganhar menor salário.

Então, se no dia internacionalmente dedicado à mulher, todos ou quase todos os segmentos da sociedade direcionam um olhar cheio de homenagens lembrando-lhes a faceta de mãe ou esposa, como rege o convencional, o momento pede que esse olhar seja direcionado também à mulher trabalhadora, a mulher da dupla jornada, a mulher que sustenta a casa, que educa os filhos, que comanda a sua e a vida de outros, em especial quando não tem um companheiro por opção ou condição que a vida lhe impõe. E, ao direcionarmos esse olhar, que busquemos também o motivo que se traduz como fator de aprisionamento da mulher ao jugo do preconceito. E, se formos responsáveis, que possamos ter coragem para empunhar a espada que liberta!

Deputada Odete de Jesus  
(PRB)

## [ AGENDA ]

- **10 de março, 9h30:** Audiência pública para debater a implantação das reservas extrativistas de Garopaba e Imbituba.  
**Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros**
- **10 de março, 14 horas:** Conferência do Dia Internacional da Mulher.  
**Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright**
- **10 de março, 19 horas:** Lançamento do livro “O poder político de Santa Catarina a você cidadão”, da Reckziegel Editora.  
**Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho**

### Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Julio Garcia (DEM)  
**1º Vice-Presidente:** Clésio Salvaro (PSDB)  
**2º Vice-Presidente:** Ana Paula Lima (PT)  
**1º Secretário:** Rogério Mendonça (PMDB)  
**2º Secretário:** Valmir Comin (PP)  
**3º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)  
**4º Secretário:** Antônio Aguiar (PMDB)

**Assembléia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

### Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira  
**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira  
**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo  
**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

### CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021  
[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

**Edição de notícias do site:** Andrea Leonora

**Chefe da Fotografia:** Eduardo Guedes de Oliveira

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

## INSTITUCIONAL

# Conferência Estadual do Meio Ambiente alerta para aquecimento global

Encontro debate reflexos do desequilíbrio da natureza e levanta propostas para minimizar impacto

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Preparatória para a conferência nacional, reunião estadual focou no tema “mudanças climáticas”, levantando propostas na busca do reequilíbrio do ecossistema

As mudanças climáticas foram foco da III Conferência Estadual do Meio Ambiente, realizada nos dias 6 e 7 no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa. O debate catarinense, como os que acontecem nos demais estados, servirá de subsídio para a conferência nacional em maio, em Brasília.

Na abertura dos trabalhos, o deputado Décio Góes (PT), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, avaliou o momento atual como de reflexão. “Apesar de ser uma das mais graves evidências da crise ambiental desencadeada por nossa civilização, o aquecimento

global pode se tornar uma grande oportunidade para que o homem mostre sua capacidade de transformação e cooperação.”

O secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, deputado Onofre Agostini (DEM), afirmou que o evento demonstrou a consciência ecológica, reunindo pessoas de diversos segmentos preocupadas com as conseqüências do desequilíbrio ambiental. “Ninguém jamais imaginou que Santa Catarina pudesse um dia registrar a ocorrência de um furacão, como foi o Catarina, e de dois tornados, na região Sul do estado.” Citou ainda como exemplos do desequilíbrio as enchentes no Planalto

Serrano e na Grande Florianópolis e a seca na região Oeste.

Egon Krakhecke, secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, lembrou que os países ricos são os maiores responsáveis pela emissão dos gases que provocam o efeito estufa. “Os países pobres pagarão pelos países ricos, com grande impacto no Brasil, principalmente nos estados da região Nordeste.”

O representante do governo federal sugeriu que Santa Catarina, por seu potencial na suinocultura, faça melhor aproveitamento dos dejetos suínos, transformando-os em gás metano, através de biodigestores.

## Cientista destaca temperatura

O pesquisador do Programa Antártico Brasileiro, Francisco Eliseu Aquino, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), ministrou, dia 6, palestra sobre o aquecimento global e os efeitos no Sul do Brasil a partir dos impactos na Antártida. O cientista, que já fez 12 expedições à Antártida, lembrou que o planeta sempre teve mudanças de temperatura, mas que nunca se viram valores tão altos como nos últimos tempos.

“O século XX foi o mais quente dos últimos 2 mil anos. O Rio Gran-

de do Sul e Santa Catarina, pela sua localização geográfica, possuem clima associado com essas mudanças de temperatura.” Aquino disse que 90% do gelo da Terra está na Antártida e que as geleiras estão derretendo rapidamente. Alertou que, com o derretimento, desaparece um importante arquivo da história climática do planeta. “Já passamos do tempo de retorno. Se já aqueceu, vai demorar para esfriar. Cada pessoa deve colaborar para melhorar a qualidade de vida do planeta. Esse é um desafio mais que ambiental, é humano”, observou.

## Assembleia tem máquina para cadeirante e telefone para surdo



Máquina que transporta cadeirantes já está disponível na Assembleia

A Assembleia Legislativa adquiriu uma máquina que transporta cadeirantes e servirá, principalmente, para ajudar as pessoas com deficiência física a subir e descer escadas. A compra da transportadora integra o Plano de Acessibilidade da Casa, firmado com o Ministério Público, e adequa dois espaços que ainda não permitiam acessibilidade aos cadeirantes: os degraus do palco do auditório Antonieta de Barros e da Mesa, no Plenário.

O equipamento, fabricado no Rio Grande do Sul com com-

ponentes importados, foi comprado através de licitação ao custo aproximado de R\$ 20 mil. A empresa fabricante capacitou as funcionárias do Cerimonial e os militares do Corpo da Guarda. Mas, de acordo com o diretor Administrativo e de Tecnologia da Assembleia, Jerônimo Lopes, qualquer pessoa pode operar o novo equipamento. “Com a aquisição desta máquina, o Legislativo está preparado para dar acesso a qualquer pessoa portadora de necessidade especial”, afirmou.

Outro item disponibilizado

pelo Parlamento para garantir o conforto de portadores de necessidades é o telefone público para surdos, localizado no hall. Sua operação é simples, bastando o usuário levantar o fone e colocar sobre o equipamento para conectar-se com atendente da Brasil Telecom que servirá como intermediária na conversa. “O deficiente auditivo digita no teclado do equipamento a mensagem que deseja transmitir e esta é lida pela atendente para a pessoa que está do outro lado da linha”, explicou Jerônimo.

# INSTITUCIONAL

Miriam Zomer



Presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Décio Góes, comanda reunião no Clube Congresso, em Laguna, com a participação da senadora Ideli Salvatti

## Laguna discute o futuro do turismo

Audiência pública aponta caminhos para fortalecer a atividade econômica na região Sul

Divulgação Santur

### Graziela May Pereira

A Assembléia Legislativa promoveu audiência pública, dia 3, em Laguna, no Sul do estado, para discutir o impacto do turismo no dia-a-dia da cidade e da região. Com cerca de 60 mil habitantes, na temporada de verão Laguna convive com o dobro de pessoas. A reunião foi proposta pela senadora Ideli Salvati (PT/SC) à Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes (PT), e aconteceu no Clube Congresso, em Laguna.

A audiência focou nos investimentos em turismo em Santa Catarina, com ênfase nas regiões Sul e Planalto Serrano. "Turismo é um assunto muito importante para Santa Catarina. É a principal

alternativa de arrecadação para muitos municípios. Poucos lugares do mundo proporcionam tantas opções de turismo num mesmo local como Laguna", falou Décio.

Entre os encaminhamentos da audiência pública, os participantes pediram empenho aos governos federal e estadual na conclusão dos acessos ao aeroporto de Correia Pinto. Também será fomentado debate entre as quatro associações de municípios da região para que, juntas, encontrem as soluções necessárias para garantir conforto, lazer e segurança não só aos visitantes, mas também à população fixa. "Essas ações, com certeza, serão o ponto fundamental para o desenvolvimento da região", completou.

## SC recebe R\$ 35 milhões

De 2003 a 2006, o governo federal, por meio do Ministério do Turismo, investiu cerca R\$ 35 milhões em Santa Catarina. O dado foi apresentado pela senadora na audiência pública e, segundo acredita, confirma que o potencial turístico do estado está sendo ressaltado. "Apostamos em Santa Catarina e, principalmente, nesta macrorregião. Precisamos ofertar todas as opções aos nossos turistas e mostrar que na mesma região podem avistar baleias ou fazer turismo rural."

A representante da Secretaria Estadual de Turismo, Elisa de Liz, afirmou que todos os

municípios devem lutar juntos por melhorias da infra-estrutura turística das regiões Sul e Serrana. "Santa Catarina é um estado muito diverso. Por isso temos muito que fazer. Todos os municípios devem agir em conjunto. Devemos estar unidos, independentemente de partidos. Só assim conseguiremos."

De acordo com o deputado Reno Caramori (PP), a região precisa partir para uma realidade mais concreta. "É preciso integrar o turismo. Globalizar. Fazer com que o homem da serra desça para o litoral e vice-versa. Mas temos que dar condições para que isso aconteça", disse.



Centro Histórico de Laguna é um dos carros-chefes do turismo da região Sul, atraindo milhares de visitantes

## Patrimônio e qualificação em foco

A recuperação do patrimônio histórico e a qualificação profissional foram os pontos levantados pelo diretor do Ministério do Turismo, Diogo Demarco, que também participou do encontro. Segundo ele, as regiões Sul e Serrana catarinenses estão sendo beneficiadas com financiamentos para projetos que visam aprimorar o turismo da região. "O Ministério oferece diversas linhas de crédito para projetos neste segmento. Estamos reformando vários ca-

sários antigos, apoiando eventos e trabalhando com a sinalização turística", exemplificou.

Demarco acrescentou que o turismo é o quinto item da pauta de recursos do governo federal, ou seja, responde 2,5% do PIB brasileiro. "Ainda temos um longo e importante caminho a ser seguido. Queremos poder cada vez mais investir num item que traz muito retorno para o país como o turismo", completou.

O prefeito de Laguna, Célio

Antônio (PT), disse que a principal reivindicação da região Sul continua sendo a conclusão das obras de duplicação da BR-101. A falta de divulgação da região pelo governo do estado também foi mencionada. "A BR-101, sem dúvida nenhuma, é o nosso principal problema, além da falta de divulgação da região. Temos todo o tipo de turismo. Temos praias, serra, além do turismo histórico e cultural. Precisamos muito do apoio do governo estadual", observou.

## INSTITUCIONAL

# Sul prioriza aeroporto e rodovia Interpraias

Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano promove audiência pública para discutir investimentos em infra-estrutura

Depois de debater o turismo, Laguna aproveitou a presença de representantes da Assembléia Legislativa para discutir, também no dia 3, no período da tarde, os investimentos do governo federal em infra-estrutura como ferrovias, portos, aeroportos e rodovias, com ênfase nas regiões Sul e Serrana. Sugerida pela senadora Ideli Salvatti (PT/SC), a audiência pública, promovida pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, agradou os representantes da região que lotaram o auditório do Laguna Tourist Hotel.

O presidente da Comissão, deputado Reno Caramori (PP), afirmou que a reunião era de extrema importância, já que o Sul Catarinense carece muito de obras de infra-estrutura. "Temos

diversos assuntos para debater como o acesso aos aeroportos de Jaguaruna e Correia Pinto, os portos de Laguna e Imbituba, ferrovias e, é claro, melhorias nas rodovias estaduais e federais que cortam essas regiões", disse.

O deputado Manoel Mota (PMDB) destacou como prioridade para região Sul a rodovia Interpraias, que liga a Praia de Torres, no Rio Grande do Sul, à Laguna. "Batalhamos muito pela duplicação da BR-101. Agora, depois da luta praticamente vencida, vamos trabalhar pela Interpraias. Essa é uma obra que vai gerar muitos empregos e renda para o Sul de Santa Catarina", enfatizou. O líder da bancada do PMDB ainda afirmou que o Porto de Laguna também merece uma atenção especial.



Presidente de Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, deputado Reno, encaminha trabalhos



Público acompanha debate em torno de recursos liberados pelo governo federal para melhorar a infra-estrutura da malha de transportes

## Comissão vai pedir liberação de pistas

Como principal encaminhamento da reunião, a Comissão de Transportes enviará um documento ao governo do Estado pedindo a homologação para que sejam liberadas as pistas do aeroporto de Jaguaruna.

Conforme o presidente da Comissão de Transportes, deputado Reno Caramori, os acessos só poderão ser homologados depois do cumprimento do acordo feito com o governo estadual.

O Executivo catarinense, por sua vez, se comprometeu a fazer o compartimento de cargas e passageiros. A melhoria de outros pequenos aeroportos também será solicitada.

## DNIT admite que estradas em Santa Catarina são muito antigas

Conforme o superintendente do DNIT, João José dos Santos, a malha rodoviária de Santa Catarina é muito antiga. "Grande parte das rodovias possui mais de 30 anos. O estado cresceu e a infra-estrutura não acompanhou esse crescimento", constatou.

João José afirmou, no entanto, que o governo federal tem investido muito na infra-estrutura catarinense como o Programa de Sinalização nas Rodovias Federais, o Pró-Sinal. Em Santa Catarina, a

malha prevista para ser sinalizada até o fim do ano é de 1.145 quilômetros. O DNIT já finalizou 58% da sinalização horizontal e 9% da sinalização vertical. "O programa vem contribuindo para a melhoria das condições das estradas e proporcionando maior segurança aos motoristas, bem como promovendo o crescimento do país. Com certeza, em 2009 vamos ter um verão mais tranquilo", disse o superintendente.

O projeto da construção da

Ferrovia Litorânea Sul que interligará Imbituba, Itajaí, São Francisco do Sul e vai incorporar a Ferrovia Tereza Cristina ao Sistema Ferroviário Nacional também foi apresentado.

De acordo com o deputado Décio Góes (PT), a Região Sul é muito esquecida pelo governo. "Precisamos superar a falta de infra-estrutura que caracteriza o Sul do estado. Isso nos faz perder investimentos para outras regiões. Temos que nos aproveitar da

duplicação da BR-101 e trabalhar por um conjunto de obras necessárias, inclusive para viabilizar o turismo."

A senadora Ideli Salvatti acrescentou ser necessária a realização de um trabalho conjunto para aproveitar o bom momento. "A realidade de cada região tem uma matriz própria. Uma cidade não compete com a outra. Isso faz de Santa Catarina um estado único. Por isso temos que apostar na potencialidade que temos", falou.

Segundo Ideli, a conclusão das obras da duplicação da BR-101 e o Porto de Imbituba já são questões praticamente resolvidas. "Para podermos equacionar o problema de infra-estrutura precisamos trabalhar pesado no que diz respeito aos aeroportos de Forquilha e Jaguaruna", sugeriu.

Também estavam presentes empresários, prefeitos e vereadores de municípios das regiões Sul e Serrana. (GMP)

## ESPECIAL

# Dia Internacional da Mulher reafirma luta contra a violência

Jornada Maria da Penha reabre debates em Tubarão, um dos primeiros municípios a ter juizado especial para atender vítimas; Escola do Legislativo realiza conferência



Maria da Penha, mulher que empresta nome à lei contra a violência doméstica, falou, em dezembro, para 900 pessoas durante palestra realizada em São José

## Quase cinco mil ações apuram agressão contra a mulher em Santa Catarina

A Lei Maria da Penha, em vigor há um ano e meio, já começa a traduzir sua eficiência em demandas judiciais. Em uma mudança de atitude, as mulheres começam a perder o medo e denunciam seus agressores.

Em Santa Catarina, atualmente, tramitam 4,7 mil ações desta natureza, distribuídas em 110 comarcas. O Judiciário catarinense, aliás, foi pioneiro no país em implantar os primeiros Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nas Comarcas de Florianópolis, Chapecó, Tubarão e Criciúma.

Nestas unidades, os magistrados têm a incumbência de dar prioridade aos casos relacionados

à agressão doméstica (violência física, moral, psicológica, patrimonial, sexual etc.) contra mulheres.

Responsável pelo Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher da Comarca de Chapecó, o juiz Sílvio José Franco informa que em pouco mais de um ano registrou o ajuizamento de 1.103 ações – 558 em trâmite, 532 arquivadas, nove suspensas e quatro redistribuídas. Além disso, 1.046 medidas protetivas – pedidos de afastamento do lar, obrigação de não fazer e prisão do agressor, entre outras – foram despachadas neste período.

Em Tubarão, sob responsabilidade do juiz Lírio Hoffmann Júnior, a unidade local recebeu 536 proces-

sos desta natureza – 370 continuam em tramitação. Florianópolis e Criciúma, juntas, contabilizaram 1,7 mil novas ações. Nas demais comarcas que ainda não possuem varas específicas, outras 1.280 ações deram entrada após a vigência da lei, em 7 de agosto de 2006.

Levando-se em conta a média do primeiro ano – cerca de 400 novos processos/mês – estima-se que a justiça catarinense tenha algo próximo a sete mil ações em tramitação. Além de apoio de caráter institucional à Jornada Maria da Penha, o TJ estará liberando magistrados e técnicos para dar palestras e discutir sobre a lei na ótica do Judiciário.

Em Tubarão, sob responsabilidade do juiz Lírio Hoffmann Júnior, a unidade local recebeu 536 proces-

A Escola do Legislativo realizará a Conferência do Dia Internacional da Mulher, no dia 10, no Plenarinho Paulo Stuart Wright, na Assembléia Legislativa. O objetivo é provocar a discussão e reflexão sobre o respeito, a conquista e a cidadania que as mulheres conquistaram a partir 8 de março de 1857, quando operárias de uma fábrica de Nova York fizeram uma greve lutando por melhores condições de vida e de trabalho.

Para destacar o papel que a mulher ocupa na sociedade, a Escola do Legislativo programou uma série de palestras. Após a abertura oficial, às 14 horas, haverá mesa-redonda com tema Conquista, Respeito e Cidadania. Nadir Esperança Azibero vai abordar em sua palestra o tema “Políticas Públicas”, focando

o compromisso do governo para fazer valer os direitos das mulheres, combatendo as discriminações e desigualdades de gênero.

A Lei Maria da Penha será tratada por Elisabeth Baeso, que deve apresentar um balanço da lei que combate a violência doméstica. Em seguida, está programada a palestra “O Empoderamento da Mulher,” com Arlete Carminatti Zago. Ela falará não somente sobre a hierarquia funcional ou os espaços ocupados nas esferas de decisão pela mulher, mas também sobre a força no cotidiano profissional, nas relações, na sociedade, enfim, todas as ações específicas relacionadas ao gênero feminino.

A delegada Maria Carolina vai falar sobre segurança pública, situando as mulheres como principais

vítimas da pobreza e desemprego. A palestrante Clarisse Leal encerra a conferência falando sobre a cabeça, o coração e a coragem das mulheres. Segundo ela, viver com a cabeça

### Scheila Dziedzic

A Assembléia Legislativa, está programando uma agenda de eventos para comemorar a passagem do Dia Internacional da Mulher em 8 de março. A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais promove em Tubarão, nesse dia, o primeiro encontro das discussões regionais da I Jornada Catarinense Maria da Penha, às 14h, no Salão Nobre da Unisul, reafirmando a luta contra a violência doméstica.

A Escola do Legislativo, por sua vez, realizará a Conferência do Dia Internacional da Mulher, em 10 de março, no Plenarinho Paulo Stuart Wright. No dia 6, a Comissão de Direitos e Garantias Individuais realizou audiência pública com tema políticas públicas

para mulheres.

A Jornada Maria da Penha vai começar por Tubarão, que foi um dos primeiros municípios do país a ter juizado especial para atender mulheres vítimas de violência doméstica, juntamente com Florianópolis e Chapecó. Serão realizados ainda encontros em outros 12 municípios.

Além da violência doméstica, serão debatidas as condições de poder, a participação na política e a inserção no mercado de trabalho como formas de fortalecimento da condição cidadã da mulher. A presidente da Comissão e idealizadora da jornada, deputada Ada De Luca (PMDB), espera a participação das mulheres da região Sul do estado. “Vamos começar um trabalho de orientação

e de levantamento das necessidades das regiões no que se refere ao combate à violência contra a mulher”, anunciou.

A Jornada tem apoio do Conselho Estadual de Direitos da Mulher, Coordenadoria Estadual da Mulher, Fundação Nova Vida, Ministério Público de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Associação de Mulheres de Negócios, Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, Comissão Estadual de Direitos Humanos da OAB, Rede Feminina de Combate ao Câncer, Delegacia da Mulher, Associação das Donas de Casa, SDRs de Tubarão, Laguna e Braço do Norte, Conselho Municipal de Direitos da Mulher e Secretaria de Saúde e Assistência Social de Tubarão.

## Maria da Penha lotou Centro Multiuso

A Jornada Maria da Penha começou em dezembro passado, quando mais de 900 pessoas lotaram o auditório do Centro Multiuso de São José. Caravanas de vários municípios vieram para assistir à palestra de Maria da Penha, a mulher que emprestou o nome ao evento e inspirou a criação da lei federal 11.340/2006. Na ocasião, Maria da Penha fez um relato de sua vida, das agressões sofridas e a

luta para aprovar a lei. Ela ressaltou o pioneirismo de Santa Catarina na criação de varas específicas para casos de violência doméstica, e fez um apelo para a criação de mais delegacias especializadas e casas de abrigo para atendimento de mulheres em situação de risco e seus filhos. “Com o passar dos anos, espero que falemos de violência doméstica como hoje se fala do nazismo”, observou.

A Lei Maria da Penha colocou a violência doméstica e familiar contra a mulher na ordem do dia. Para o Ministério Público de São Paulo que formulou a Carta do Fórum Pró-Lei Maria da Penha: Fortalecer Para Fazer a Lei Acontecer, os dados estatísticos sobre a violência doméstica demonstram que essa é uma questão de ordem pública, devendo o Estado estar preparado para intervir e encontrar soluções.

## Conferência para fazer reflexão das conquistas

significa ter discernimento e fazer escolhas certas; com o coração, para poder abrigar os que necessitam de sua força e com coragem a condição de superar dificuldades.



Mulheres estão representadas na Assembléia por três deputadas

## “Somos agentes de poder”

Professora destaca ações do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa das Mulheres

Eduardo Guedes de Oliveira



Professora Samantha Buglione é representante brasileira em comitê latino americano

A advogada e professora Samantha Buglione assumiu na última semana de fevereiro a representação brasileira do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa das Mulheres (Cladem). Com isso, traz para Santa Catarina a sede da entidade internacional empenhada em unir esforços para a defesa dos direitos das mulheres. O Cladem foi constituído no dia 3 de julho de 1987, em San José de Costa Rica. Hoje entre as principais ações, estão a elaboração e difusão de diagnósticos, investigações, propostas jurídicas e de política para a melhoria da condição da mulher.

**AL Notícias** - Como surgiu o convite para representar o Cladem?

**Samantha Buglione** - Estou vinculada ao Cladem formalmente desde 1999, através de uma Organização Não-Governamental do Rio Grande do Sul que também tem trabalhado na área de direitos das mulheres. O Cladem no Brasil está passando por uma transição política. O Brasil, às vezes, reduz a Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Então é importante que algumas destas organizações estejam em outras regiões do país. Esta é uma situação pensada e estratégica.

**AL Notícias** - Como atuará o Cladem a partir de sua vinda para Santa Catarina?

**Samantha** - O Cladem é uma rede que existe em 17 países na América Latina com espírito de cooperação, de troca de tecnologias de informações e estratégias políticas. Um exemplo foi que com a participação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e do Cladem houve uma potencialização da iniciativa da Lei Maria da Penha aos demais países desta rede. Os Cladems de outros países auxiliaram politicamente a ação que foi coordenada pelo Brasil, sendo repassada como um paradigma, um parâmetro para que estes tivessem uma referência para desenvolver esta iniciativa em suas regiões. Mas a atuação do Cladem é mais ampla e se estende a ações judiciais envolvendo estereótipos

de comportamento em relação a gênero e conduta. A visão da mulher como um produto que a gente vê direto nas propagandas de cerveja, por exemplo. Essa exigência de que as mulheres não se constituam como um produto a ser vendido, estritamente ou apenas isso, já gerou condenações. Recentemente a Ambev foi condenada numa ação judicial que teve a presença do Cladem. A questão da autonomia reprodutiva é outro objeto da participação do Cladem. No Brasil, e no mundo como um todo, está tendo uma moratória internacional que a Igreja Católica vem liderando em termos de autonomia reprodutiva e que irá trazer implicações muito sérias para as mulheres gerenciarem sua reprodução e sexualidade. No final do ano passado, já tiveram vários projetos de lei como o do feto como dependente para fins de imposto de renda, a bolsa estupro, o parto anônimo. Há uma série de iniciativas que por certo terão que ser amplamente debatidos e o Cladem vai estar presente no debate.

**AL Notícias** - Quais são as mulheres mais vulneráveis à violência?

**Samantha** - Uma mulher pobre, negra e deficiente física vai sofrer muito mais por esse agregado de condição do que uma mulher branca de certa classe social e nível de escolaridade. Mesmo essa mulher branca ainda vai ter salários mais baixos e não vai ocupar certos lugares de poder por sua condição de mulher. No final das contas, se a gente olhar, por exemplo, o poder público, os espaços de tomadas de decisão são ocupados por homens. No Judiciário, a gente tem uma gama de mulheres que entra no Poder Judiciário, mas os cargos de poder ainda são prioritariamente dos homens. É claro que isso deverá se inverter até mesmo por subirem de cargos por tempo de serviço. Isso não significa que se as mulheres ocuparem cargos de poder, as coisas vão melhorar. Não podemos ser ingênuas, até mesmo porque existe a condição de despreparo. Mas isso é uma questão sintomática quando a gente tem uma sociedade onde mais de 50% são mulheres, destas, mais de 50% são de não-brancos, fica claro que este espaço é ocupado por uma figura muito clara de pessoa. E isso é sintoma de algo errado. É uma representação muito selecionada. Quando ainda se paga mais para um homem que tem mesmo nível de escolaridade e cargo do que para uma mulher, aí se tem um problema. Dentro destes contextos existem diferentes naturezas de vulnerabilidade. Mas a condição de gênero e de poder vai estar presente em diferentes escalas.

**AL Notícias** - Você vê a Lei Maria da Penha como um dos grandes avanços no Brasil?

**Samantha** - É um significativo avanço em termos de cultura, mostrando que violência doméstica contra a mulher não é um tema menor. Que existe um grupo que sofre certa vulnerabilidade por questões históricas. Isso não significa que daqui alguns anos a Lei Maria da Penha se torne obsoleto. Que talvez não haja necessidade de outras legislações. Mas hoje é um processo de mudança de cultura, em que se agiliza o acesso à Justiça a esse grupo de maior vulnerabilidade.

**AL Notícias** - Como você vê a aplicação e fiscalização das leis?

## COMISSÕES

# Iprev terá nove audiências públicas

Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Joinville, Lages, São Miguel, Joaçaba, Criciúma e Rio do Sul vão debater projeto

Solon Soares

O projeto de lei complementar que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina (Iprev) será discutido em nove audiências públicas promovidas pelas comissões de Constituição e Justiça, Trabalho, Administração e Serviço Público e Finanças e Tributação. Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dia 4, o deputado Herneus de Nadal (PMDB), relator da matéria, propôs audiências públicas em Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Joinville, Lages, São Miguel do Oeste, Joaçaba, Criciúma e Rio do Sul.

Com isso, a discussão seguirá o modelo adotado pelo Orçamento Regionalizado no ano passado. A proposta foi aprovada por maioria. O relator não apresentou um calendário com data e horário definidos, justificando que será preciso confirmar a disponibilidade da participação pelos demais poderes, já que não se trata de uma discussão exclusiva do Legislativo, por isso o cuidado com os detalhes. "Precisamos discutir regionalmente e de forma seqüencial para que o assunto não se disperse. Reitero também que será necessário todo empenho e zelo para debatermos exaustivamente a matéria", frisou Nadal.

## Guarda Municipal

Para debater os conflitos de competência entre a Polícia Militar

de Santa Catarina, a Guarda Municipal de Florianópolis e outras guardas com atuação no estado, o deputado Marcos Vieira (PSDB) apresentou requerimento solicitando audiência pública para o dia 17 de abril, às 14 horas. A proposição foi aprovada pela CCJ sob a justificativa de que a Guarda da Capital foi criada para cuidar do patrimônio público e do trânsito, mas alguns serviços prestados começam a ser questionados pela população.

De acordo com o parlamentar, o porte de armas pela Guarda e os problemas no trânsito das cidades são os agravantes da situação. "Antes que a população sofra ainda mais com isso, precisamos discutir o assunto", disse. Pelo documento, devem participar da audiência representantes da PM-SC, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, da Secretaria Municipal de Segurança Pública, da Guarda e da Câmara Municipal da Capital e entidades interessadas. O deputado Pedro Uczai (PT) propôs que a audiência pública fosse promovida em conjunto com a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, sugestão que foi acatada.

Outra audiência tratará dos reflexos das políticas ambientais do Ibama previstas para serem implantadas no estado, como a Reserva Extrativista (Resex) de Imbituba e Garopaba. O encontro será às 9h30min do dia 10 de março, no Auditório Antonieta de Barros.



Deputado Herneus de Nadal, relator do projeto do Iprev, explica que calendário de reuniões depende de demais poderes

## CCJ autoriza divulgar aumento no transporte coletivo

Durante a reunião, os deputados membros da CCJ deram parecer favorável ao Projeto de Lei nº 274/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), que determina a fixação de informação sobre o aumento de tarifa nos veículos de transporte

coletivo intermunicipal, nos terminais rodoviários do estado, nos estabelecimentos e postos de vendas de passagens. Na justificativa do projeto, a parlamentar explica que a iniciativa teve como base o próprio Código de Defesa do Consumidor. A matéria já foi

encaminhada à Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Se aprovada, passará pela a Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público. Tendo parecer favorável, seguirá, então, para votação em Plenário.

## Depois de ouvida sociedade, proposta receberá emendas

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado Jorginho Mello (PSDB), anunciou, dia 5, como será a tramitação do projeto de lei complementar que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina (Iprev).

A proposta de nove audiências, aprovada inicialmente na Constituição e Justiça, recebeu apoio das Comissões de Finanças e Trabalho, Administração e Serviço Público.

O roteiro deverá iniciar por Florianópolis, com o encontro acontecendo no auditório da Assembléia Legislativa.

Depois de realizadas as audiências, será aberto prazo para apresentação de emendas na Comissão de Constituição e Justiça, sob relatoria de Herneus de Nadal (PMDB).

Nas reuniões conjuntas após as audiências e com a definição dos relatores nas demais comissões, haverá a apresentação dos pareceres. Ainda está prevista mais uma reunião conjunta para que os parlamentares interessados possam apresentar seus pedidos de vista. Terminado esse processo, o projeto de lei complementar vai a Plenário.

## Sintespe quer a retirada do projeto

Eduardo Guedes de Oliveira

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe) realizou, dia 5, assembleia geral estadual para deliberar sobre diversos assuntos, entre eles o projeto que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina (Iprev).

No final da sessão ordinária do dia 5, representantes dos movimentos sindical, popular e social do estado entregaram aos parlamentares um documento pedindo a retirada de tramitação do projeto de origem do Executivo.

Segundo o presidente do Sintespe, Mário Antonio da Silva, o projeto tira dos servidores públicos direitos na aposentadoria. O sindicato entende que, se aprovado o modelo proposto para o Iprev, estará sendo decretado o fim da aposentadoria integral, a ser calculada com base na média



Representantes do sindicato entregam documentos a parlamentares

das últimas 80 contribuições e o aumento da idade mínima para aposentadoria.

O sindicato lembra que governo só pagará aposentadorias até o R\$ 2.894,26, teto imposto pela Emenda Constitucional nº 41/03. Se o servidor desejar ganhar além

disso, deverá complementá-lo optando, para isso, pela previdência privada, justifica o presidente. A Diretora de Comunicação da entidade, Célia Maria Campos, afirmou que nenhum sindicato foi escutado antes da confecção do projeto.

## PLENÁRIO

# Flavio Ragagnin assume cadeira no Parlamento catarinense

Ex-prefeito de Seara substitui Jandir Bellini e marca início de rodízio estabelecido pela bancada progressista



Carlos Kilian

Nos dois meses que estará atuando no Parlamento, Ragagnin vai focar na educação, agricultura e meio ambiente

A bancada progressista ganhou essa semana novo reforço. Flavio Ragagnin, que substitui Jandir Bellini, chegou com muitos planos de trabalho para os 60 dias que atuará na Casa. Ele vai focar nas áreas da educação, política agrícola e de preservação ambiental.

Prefeito de Seara por 14 anos, Ragagnin é o primeiro a experimentar o rodízio programado pela sigla e que vai dar oportunidade a todos os suplentes de assumirem por um período de dois meses.

O deputado, que tomou posse durante a sessão ordinária do dia 4, se prontificou no período, a agilizar propostas já existentes, como a instalação do campus da Udesc no Alto Uruguai catarinense, uma vez que Seara, Chapecó e Concórdia necessitam de uma universidade estadual.

Ele vai trabalhar também pela implantação de política agrícola consistente que, efetivamente, ajude os pequenos agricultores, entre outras medidas que mere-

cem atenção. "A região possui um grande potencial econômico que só depende de oportunidade para ser desenvolvido", lembrou.

Cerca de 120 pessoas, entre parentes, amigos e lideranças políticas de sua região, estiveram na galeria do Plenário Osni Régis, prestigiando a posse do deputado, além dos demais parlamentares que saudaram sua chegada a Casa.

## Revezamento

A licença gradativa de todos os deputados progressistas é uma decisão de bancada e vai favorecer todos os suplentes do PP. A primeira licença é de Jandir Bellini, que já se prepara para concorrer à Prefeitura de Itajaí. Em maio, será a vez de Joares Ponticelli, vice-líder do PP na Assembléia e presidente estadual do partido. Com sua saída, assume Jaime Pasqualini, advogado e professor de Direito e já presidiu a Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí (Fedavi).

## Elizeu é eleito vice-presidente da União de Parlamentares do Mercosul

Eduardo Guedes de Oliveira

A União de Parlamentares do Mercosul e o Parlamento do Mercosul assinam, nas próximas semanas, um acordo interinstitucional que vai permitir a participação efetiva dos deputados regionais na elaboração das leis do Mercado Comum do Sul. A notícia foi anunciada pelo deputado Elizeu Mattos (PMDB), eleito, no dia 29, vice-presidente da União de Parlamentares do Mercosul (UPM).

A indicação do nome do parlamentar recebeu o aval dos demais representantes do bloco brasileiro que participaram do encontro da entidade, realizado em La Plata, na Argentina, nos dias 28 e 29 de fevereiro.

O acordo interinstitucional deverá ser assinado no dia 31 de março numa reunião em Montevideu, no Uruguai. "Cinco países, Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil e agora a Venezuela, e mais o Chile, integram a UPM e queremos formalmente colaborar de maneira eficaz neste novo processo que vive o Mercosul. Nosso objetivo é a busca de integração política, social e cultural da América do Sul", enfatizou.

O deputado Elizeu, membro da



Deputado Elizeu Mattos (d) teve aval de representantes do bloco brasileiro

Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul na Casa, considera fundamental a participação de legisladores estaduais. No encontro, Mattos solicitou ao presidente da UPM, o deputado argentino Osvaldo Mercuri, que seja agendada reunião entre governador e parlamentares da Província de Misiones com parlamentares catarinenses para discutir a construção de um Corredor Rodoviário ligando

o Atlântico ao Pacífico. Mattos também se mostrou entusiasmado com a retomada do debate sobre a abertura do Corredor Bioceânico, ligando os portos pela BR-282 aos Portos de Valparaíso, Antofagasta e Iquique, no Chile.

O deputado Edison Andrino (PMDB) afirmou que foi a Brasília e sugeriu a união entre os representantes da Comissão do Mercosul do Congresso Nacional com o grupo de trabalho catarinense.

## Semana deve prevenir câncer de próstata

O alto índice de pacientes com câncer de próstata foi destacado, dia 5, em Plenário. Diante da gravidade da doença, o deputado Serafim Venzon (PSDB), médico urologista e membro da Comissão de Saúde do Legislativo, apresentou Projeto de Lei que institui a Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Próstata em Santa Catarina.

De acordo com o parlamentar, a proposta é conscientizar os homens para a prevenção, uma vez que, se detectado cedo, o câncer pode ser tratado com grande possibilidade de cura. "Cerca de 20% dos homens desenvolvem o câncer de próstata", comentou. Ressaltou, ainda, que a idéia é adotar a primeira semana de agosto como "Semana de Prevenção e Combate ao Câncer de Próstata", tendo como meta ser implantada ainda este ano.

O deputado destacou que o câncer de próstata não é uma doença fatal se for detectado e tratado no início. Por isso, ele recomendou que os homens façam os exames necessários para detectar o câncer de próstata a partir dos 50 anos. Mas alertou que quando houver



Venzon: diagnóstico

casos da doença na família a idade ideal é a partir dos 40 anos.

O exame mais conhecido para diagnosticar o câncer de próstata é o teste do Antígeno Prostático (PSA), que mede um ingrediente do sêmen produzido pela próstata em exames sanguíneos. Se o resultado mostrar que está acima do normal, isso indica que está havendo alteração na glândula e o médico poderá recomendar outros exames para determinar a melhor forma de tratamento. "Se o nível de PSA for maior que 4,0 mg/ml pode significar câncer de próstata", explicou.

# Oposição e base travam duelo em torno de denúncias na Epagri

Ação do Ministério Público Federal do Trabalho também acirra debate em Plenário



Carlos Kilian

Ponticelli destaca sindicância que apura suspeita de fraude na empresa

A denúncia de desvios de recursos públicos na Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e a ação do Ministério Público Federal do Trabalho contra o Estado de Santa Catarina, levantadas pela oposição, dominaram a sessão ordinária do dia 4. Deputados da base de sustentação ao governo se revezaram na tribuna para responder a ofensiva.

Os deputados Joares Ponticelli (PP) e o Dirceu Dresch (PT) destacaram a sindicância que apura

a suspeita de fraude milionária na Epagri. Segundo denúncias, a Epagri teria funcionários envolvidos no esquema, além de uma empresa que prestava serviços de limpeza e vigilância. "O desvio pode chegar a R\$ 6,5 milhões", disse Ponticelli. O trabalho de dois meses da sindicância resultou num relatório com mais de 500 páginas que indicam um golpe contra os cofres públicos.

Os deputados Moacir Sopelsa (PMDB) e Jean Kuhlmann (DEM) responderam o ataque da oposi-



Carlos Kilian

Marcos Vieira (E) sai em defesa das transposições de servidores

ção. O primeiro, ex-secretário da Agricultura no primeiro mandato do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), subiu à tribuna no horário de seu partido para enaltecer o trabalho da Epagri e dizer que a empresa não pode ser responsabilizada por condutas equivocadas de alguns funcionários. Segundo Sopelsa, "o governador determinou a apuração das irregularidades e o encaminhamento da sindicância ao Ministério Público para que qualquer desvio fosse

detectado e as medidas cabíveis fossem tomadas". Já o democrata registrou que "a transparência e a correção norteiam a postura do Executivo e qualquer denúncia é imediatamente investigada nesta administração".

## Transposição

Outro assunto trazido ao Plenário pelo deputado Ponticelli foi o que ele chamou de "trem-da-alegria". O progressista informou que "o Ministério Público do

Trabalho estima que pode chegar a 600 o número de funcionários públicos do estado beneficiados pela "transposição" de cargos em órgãos do governo entre os anos de 2005 e 2008. Em alguns casos, houve aumento de 654% no salário. Os pagamentos extras, contestados pelo Ministério Público, podem ter custado, em quatro anos, mais de R\$ 100 milhões aos cofres públicos".

No embate, deputado Marcos Vieira (PSDB) saiu em defesa do governo: "O Ministério Público suscita dúvidas acerca das instituições, da disposição, da convocação e da remoção de servidores públicos de um órgão para outro, bem como de enquadramento por transformação de carreiras extintas e novas, criadas com a aprovação das leis de cargos e vencimentos do Poder Executivo. Porém, estas ações estão previstas nos ordenamentos jurídicos que regem as movimentações dos servidores públicos, sendo, então, legais". Vieira fez uma ampla explanação sobre o tema e enumerou as leis que sustentam a setorização das carreiras e sua "eficácia reconhecida da prática".

## Segurança aprova projeto que promove trabalho para detentos

A Comissão de Segurança Pública autorizou, dia 5, o incentivo à abertura de postos de trabalho para detentos. O Projeto de Lei nº 451, da deputada Odete de Jesus (PRB), autoriza o Executivo a destinar estruturas físicas e a incentivar parcerias com entidades privadas para a efetivação de atividades laborais por sentenciados do sistema prisional do Estado.

Pelo conteúdo do projeto, na determinação da atividade e remuneração dos detentos, serão considerados o nível de instrução, formação profissional, aptidão e capacidade individual. Já as empresas privadas que incentivarem e promoverem o trabalho prisional, através de convênios com o Estado, poderão receber redução de ICMS. A proposição já recebeu parecer favorável das Comissões



Eduardo Guedes de Oliveira

Depois de receber aval da Segurança, projeto segue para Direitos e Garantias

de Constituição e Justiça (CCJ), Finanças e Tributação e, agora, segue para a Comissão de Direitos e Garantias. Se aprovado, vai a Plenário.

Ainda durante a reunião ficou decidido a realização de

uma audiência pública com a presença do secretário de Estado da Segurança Pública, Ronaldo Benedet (PMDB) e membros do Ministério Público Estadual para tratar do sistema prisional e da criminalidade no Estado.

## Deputados destacam os 157 anos de Joinville

O prefeito de Joinville, Marco Tebaldi (PSDB), esteve dia 5 em Plenário para destacar a passagem dos 157 anos do município. Ele apresentou a programação de aniversário, incluindo um vídeo institucional. A comemoração foi aberta oficialmente no dia 1º e se estende até o dia 28, com atividades culturais e esportivas, exposições, ações sociais e inaugurações. "É momento de reflexão porque temos a chance de lembrar a história que foi construída por muitos. Estamos aqui para agradecer e convidar a todos para comemorar com a gente os 157 anos de Joinville", falou.

O bom momento político e econômico vivido pelo município foi destacado pelo deputado Darci de Matos (DEM), em tribuna. Segundo ele, Joinville foi o município brasileiro que mais gerou postos de trabalho no ano

de 2007. "Foram 11 mil postos de trabalhos criados no ano passado. Fomos considerados a 13ª melhor cidade para se viver no Brasil. Temos muito que oferecer."

Os deputados Nilson Gonçalves (PSDB) e Kennedy Nunes (PP), em apartes, também parabenizaram o município e sua administração.



Tebaldi divulga programação

# PLENÁRIO



Eduardo Guedes de Oliveira

Deputados Venzon (E) deu apoio à moção, enquanto Parisotto e Uczai (D) se posicionaram contra a moção

## Aprovada moção contra a proibição de bebidas nas rodovias federais

Apesar de posições divergentes e de longo debate em Plenário, a moção nº 22/08, de autoria do deputado Moacir Sopelsa (PMDB), foi aprovada dia 4.

A bancada do PT e o deputado Narcizo Parisotto (PTB) foram contra o pedido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pedindo a revisão da Medida Provisória (MP) 145, sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais.

Sopelsa defendeu sua proposta mencionando as dificuldades dos estabelecimentos comerciais que trabalham com bebidas artesanais, localizados da beira das rodovias. O deputado Serafim Venzon (PSDB) foi favorável à proposição,

mas pediu a proibição nos postos de combustíveis. Já o deputado Edson Piriquito (PMDB) acredita que não precisaria da MP se a fiscalização fosse eficiente.

As cidades que são cortadas pelas rodovias serão as mais afetadas pela medida federal. "É uma medida radical que prejudicará a vida econômica dos municípios e que facilitará ao governo federal a fuga de suas obrigações", enfatizou o deputado Edison Andrino (PMDB).

Outro parlamentar que criticou a proibição foi Manoel Mota, líder do PMDB. Ele disse que a ação vai atacar apenas uma pequena parte do problema e ainda vai retirar os policiais rodoviários

de sua verdadeira função, que é a fiscalização das estradas, já que pela MP caberá a estes a fiscalizar os restaurantes e aplicar as sanções previstas.

Seu colega de Parlamento, deputado Reno Caramori (PP), acrescentou que este é um processo complicado, já que ele presenciou turistas que viajavam de ônibus deixando um estabelecimento porque não havia cerveja.

Uczai saiu em defesa da MP. Para ele, a medida veio enfrentar o debate contra as mortes no trânsito causadas por motoristas alcoolizados, mas concordou que é preciso aumentar a fiscalização, principalmente com o uso bafômetro.

## Ação dos embriões em debate

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), que pede a revogação da Lei de Biossegurança – que permite a pesquisa com embriões humanos –, foi tema do pronunciamento dos deputados Kennedy Nunes (PP) e Professor Grando (PPS).

Grando lembrou que o Senado Federal aprovou com 96% de votos a lei e o recurso do STF está atrasando a ciência e vidas estão em jogo", sentenciou. Para Kennedy, é a partir da formação do cérebro que a vida se inicia, o que não é o caso dos embriões usados nas pesquisas.

Da mesma forma, o deputado Serafim Venzon (PSDB), que é médico, enfatizou que as pesquisas são em favor da vida e que "nada têm a ver com aborto", como muitas pessoas ainda acreditam.

## Parlamentares contra o pedágio em SC

Com a confirmação da instalação da praça de pedágio em Palhoça, prevista para entrar em operação em agosto, o deputado Renato Hinnig (PMDB) informou, dia 6, que lideranças políticas estarão reunidas dia 10, em Brasília, para solicitar mudanças na estrutura prevista, uma vez que a decisão não pode mais ser alterada.

O deputado declarou-se contrário à instalação de pedágios nas rodovias em Santa Catarina e disse que a reunião tem como propósito mudar o local de instalação da praça de pedágio de Palhoça, do Km 221 para o Km 246.

O local definido no projeto atual desagradou a população do município. "Não é justo que os moradores de Palhoça paguem a taxa de pedágio todas as vezes

que se deslocarem para os banheiros da cidade", comentou.

Solidário à luta contra o pedágio nas estradas catarinenses, o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, afirmou que vai buscar junto às lideranças políticas e empresariais esforços para que a questão do pedágio na BR-101, em especial Santa Catarina, sejam revistas.

"Sempre estive à frente das lutas contra o pedágio na SC-401 e da BR-470. Não é justo cobrarem pedágio na BR-101, uma vez que a rodovia ainda está em obras de duplicação", manifestou.

Os parlamentares acreditam que esta é apenas a primeira luta, já que estão previstas sete praças de pedágio a serem instaladas nas rodovias federais em Santa Catarina, sendo quatro na BR-101 e três na BR-116.

## [ GABINETES ]

### FARMÁCIA NATURAL ITINERANTE

O projeto Farmácia Natural Itinerante, que leva à população informações sobre o cultivo e a identificação de plantas, ervas e raízes para aplicações terapêuticas e culinárias, esteve, dia 5, em São Miguel do Oeste. A atividade ocorre no salão paroquial da Igreja Matriz.

Promovida pelas pastorais da Criança, da Saúde e da Rede Talher de Educação Cidadã, o projeto tem duas etapas: uma de debate sobre as plantas medicinais como alternativa de renda nas pequenas propriedades e outra, prática, realizada em uma horta próxima do salão paroquial. O trabalho foi conduzido por Alésio dos Passos, um dos maiores especialistas catarinenses na área.

O projeto Farmácia Natural Itinerante é promovido pelo mandato do deputado Padre Pedro Baldissera (PT) e integra uma série de ações dirigidas aos pequenos agricultores, às comunidades do interior do Oeste e Extremo-Oeste e às cidades da região. Nos encontros, as pessoas têm acesso a informações sobre as características de cada variedade de planta, a melhor forma de cultivo e as aplicações terapêuticas e culinárias já comprovadas cientificamente. (Cássio Turra, assessor do deputado Pedro Baldissera)

### BAIRRO VIDA NOVA

Uma reunião realizada dia 5 no gabinete do deputado Clésio Salvaro (PSDB) deu esperanças para os moradores do bairro Vida Nova, em Criciúma, que enfrentam problemas quanto à posse e propriedade da terra. Foram definidas estratégias que garantam a intervenção do Estado, através da Cohab, para comprar a área de 30 hectares e revendê-la aos que já residem naquela área, ocupada há mais de uma década.

Participaram do encontro a presidente da Cohab-SC, Maria Darci Mota; Osni Alves da Silva, procurador geral do estado; o presidente da União das Associações de Moradores de Criciúma, Evandro Lago, e o presidente da Associação de Moradores, Celso José Manoel.

Foi definido que uma equipe deverá avaliar a área, sem considerar as edificações. De posse das informações, Salvaro iniciará uma negociação com os proprietários da área, para reduzir o valor do imóvel. Depois disso, uma comitiva com representantes da comunidade envolvida e deputados do Sul falarão com o governador para agilizar as negociações com a Cohab/SC. (Assessoria do gabinete do deputado Clésio Salvaro)

### ARMA DE FOGO PARA PM

Conceder aos policiais militares o direito de uso permanente de arma de fogo de propriedade do Estado é o que solicita o deputado estadual Sargento Amauri Soares (PDT) em indicação aprovada dia 4, na Assembleia Legislativa. Dirigida ao governador do Estado, o pedido tem a finalidade de assegurar a segurança do policial e da população.

Hoje, o policial militar recebe a arma no início do expediente, dentro do quartel, e devolve no final do serviço. No entanto, quando se desloca para o quartel, fardado e desarmado, o policial pode enfrentar a ocorrência de um crime e é obrigado, por lei, a agir. Por outro lado, a população não tem condições de discernir se o policial está em serviço e armado ou apenas em deslocamento e desarmado.

A arma de fogo, explica o deputado Soares, é uma ferramenta de trabalho do policial militar e, entre outras utilidades, é usada para defesa pessoal contra agressão de criminosos. Os policiais civis já têm o direito de uso permanente de arma de fogo. (Alexandre Brandão, assessor do deputado Sargento Soares)

## COMUNIDADE

# Peso das mochilas desafia educadores

Mesmo com lei em vigor há dez anos fixando volume tolerável, escolas admitem ter dificuldades em fazer valer o benefício à saúde

**Rose Mary Vaz Padilha**

Quem tem filho em idade escolar sabe da quantidade de material que a criança usa durante o ano letivo e o excesso de peso do material, normalmente carregado em mochilas nas costas dos alunos. Para tentar diminuir as conseqüências do peso para a saúde das crianças, há dez anos foi promulgada uma lei estadual que estabelece peso máximo tolerável do material transportado diariamente por alunos do pré-escolar e do ensino fundamental das redes pública e privada de educação.

As instituições de ensino, no entanto, argumentam não ter

condições de pesar as mochilas, remetendo a responsabilidade aos pais, que, em sua maioria, desconhecem a lei.

A assessora da diretoria de Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação, Jane Motta, admitiu que é tarefa do Estado fiscalizar apenas as escolas públicas, e que essa missão cabe a cada uma das gerências regionais existentes em todo o território catarinense.

Quanto às particulares, Jane esclareceu que as denúncias de descumprimento da lei devem ser feitas pelos pais dos alunos ao Conselho Estadual de Educação. "Todas as escolas públicas têm

armários coletivos e não temos denúncias de não cumprimento da lei", afirmou.

A assessora destacou que desde o início da vigência da lei a Secretaria da Educação faz uma campanha para que os pais verifiquem se o material que o filho está levando para a escola é mesmo o necessário, para evitar o excesso de peso. "A responsabilidade é dividida entre os pais e as escolas: os pais devem verificar se o que está dentro da mochila é o material didático para aquele dia, e as escolas devem ter os armários, já que não há condições de pesar a mochila de cada aluno na entrada do estabelecimento de ensino."



Fotos: Solon Soares

Aluno de escola particular da Capital mostra por que a mochila pesa

## Escola oferece armários individuais

Um bom exemplo de aplicação da lei vem de uma escola particular de Florianópolis. O Centro Educacional Menino Jesus disponibiliza há um ano armários individuais para os alunos do ensino fundamental. Cada um se compromete pela guarda e conservação durante o ano letivo. Todos comemoram a conquista e o fato de não precisar carregar tanto material diariamente. Flávia Kotzias, de 14 anos, diz que essa

era uma antiga reivindicação que foi atendida pela escola. "É muito importante cada um ter seu armário", disse a estudante, que personalizou o interior do seu "guarda-volumes".

Num outro estabelecimento de ensino, também no Centro da Capital, a realidade é diferente. Crianças e adolescentes reclamam da falta de espaços apropriados para guardar os livros e os cadernos. Na saída da escola, a dura realidade: a

maioria carrega peso além do que é recomendado na lei.

Um dos alunos, de 12 anos, diz que tem escoliose, provavelmente pelo excesso de peso que carrega diariamente da escola para casa e vice-versa. Outro, da mesma idade andava com as costas curvadas tamanha quantidade de livros que tinha em sua mochila. "Acho que tem uns oito quilos aqui", reclamou, mostrando o material usado nas aulas daquele dia.



Alunos de ensino fundamental de escola particular se comprometem pela guarda e conservação dos armários

## Sobrecarga para coluna e músculos

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que 85% das pessoas têm, tiveram ou terão dores nas costas provocadas por problemas de coluna. Estudos médicos mostram que essa dor pode estar relacionada ao peso da mochila que a pessoa usou na época da escola. Tanto que já foi comprovada a relação entre o excesso de peso

nas mochilas e dores na coluna e alterações no caminhar.

Quando uma mochila tem excesso de peso, a criança hiperestende as costas ou inclina a cabeça e o tronco para frente para compensar o peso da mochila. Isso sobrecarrega os músculos do pescoço e da coluna, aumentando o risco de fadiga e lesão. Se usada com apenas uma

alça o perigo é ainda maior, porque causa uma assimetria da coluna e afeta a capacidade natural de absorção do impacto pelos discos intervertebrais. Os problemas mais comuns resultantes dessa prática são a escoliose (desvio da coluna para um dos lados) e hipercifose (conhecida popularmente como corcunda).

## Dicas

- As mochilas mais seguras têm duas alças largas e acolchoadas sobre os ombros, um cinto acolchoado na cintura ou no tórax para distribuir o peso sobre o corpo de forma uniforme e compartimentos múltiplos para distribuir a carga de peso. O ideal é que a largura da mochila seja inferior ao dorso da criança;

- Coloque as coisas mais pesadas junto às costas da criança, ou seja, na parte de trás da mochila;

- Os livros e outros materiais deverão ser dispostos de forma que não fiquem soltos dentro da mochila, o que poderá provocar movimentos de desequilíbrio;

- Verifique o que seu filho está levando para a escola e certifique-se de que é o material necessário para as disciplinas daquele dia;

- A mochila deverá ficar bem encostada nas costas, sem folgas. Uma mochila solta nas costas pode puxar o corpo para trás e forçar os músculos, além de fazer a criança curvar os ombros para facilitar o equilíbrio;

- Para os pais que optarem por mochila com rodinhas, as alças deverão estar a uma altura adequada para a criança ou jovem, permitindo que seja puxada com uma postura correta, com as costas retas.



## O que diz a lei

A lei 10.759/98, de autoria do ex-deputado Volnei Morastoni, disciplina que, para o pré-escolar, o peso do material escolar a ser transportado não pode ultrapassar 5% do peso da criança. No caso dos alunos do fundamental, o índice é de 10%. A escola deve definir quais os livros e cadernos necessários a cada dia da semana, de acordo com a disciplina cursada, ou então disponibilizar, gratuitamente, armários individuais ou coletivos aos alunos.

Na falta de armários individuais, cabe à escola a responsabilidade pela guarda do material. A lei prevê ainda que os estabelecimentos que não cumprirem a determinação serão punidos com advertência e multa de 40 UFIRs por aluno com excesso de material escolar. No caso dos estabelecimentos públicos de ensino, a multa poderá ser substituída por punição ao coordenador responsável e à direção da escola.